



BANCO DE PORTUGAL  
EUROSISTEMA

# Sistema Bancário Português

**Desenvolvimentos Recentes – 3.º trimestre de 2016**

Redigido com informação disponível até 23 de dezembro de 2016



- Sistema bancário português – Avaliação global
- Indicadores macroeconómicos e financeiros
- Sistema bancário português
  - Estrutura de balanço
  - Liquidez e financiamento
  - Qualidade dos ativos
  - Rendibilidade
  - Solvabilidade



### I. Estrutura de balanço

- O ativo total do sistema bancário continuou a diminuir de forma gradual no terceiro trimestre de 2016, refletindo a evolução do crédito concedido.

### II. Liquidez e financiamento

- O rácio de transformação e o *gap* comercial reduziram-se em relação ao trimestre anterior, tal como o financiamento obtido junto do Eurosistema.

### III. Qualidade dos ativos

- O rácio de crédito em risco diminuiu ligeiramente no terceiro trimestre de 2016, refletindo essencialmente a evolução no segmento das sociedades não financeiras.

### IV. Rendibilidade

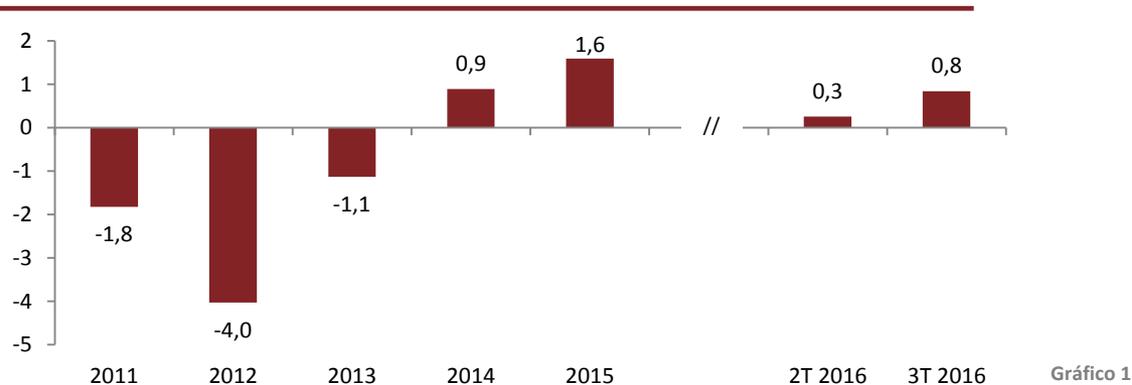
- Apesar de ligeiramente positiva, a rendibilidade do sistema bancário nos três primeiros trimestres de 2016 decresceu em termos homólogos, devido, em grande parte, a uma diminuição expressiva dos resultados com operações financeiras, que tinham sido elevados no período homólogo.
- A margem financeira cresceu em relação aos três primeiros trimestres de 2015, em resultado de uma redução mais acentuada dos encargos com juros do que a redução dos rendimentos com juros.

### V. Solvabilidade

- Os níveis de solvabilidade aumentaram ligeiramente no terceiro trimestre de 2016, devido, sobretudo, à redução dos ativos ponderados pelo risco.

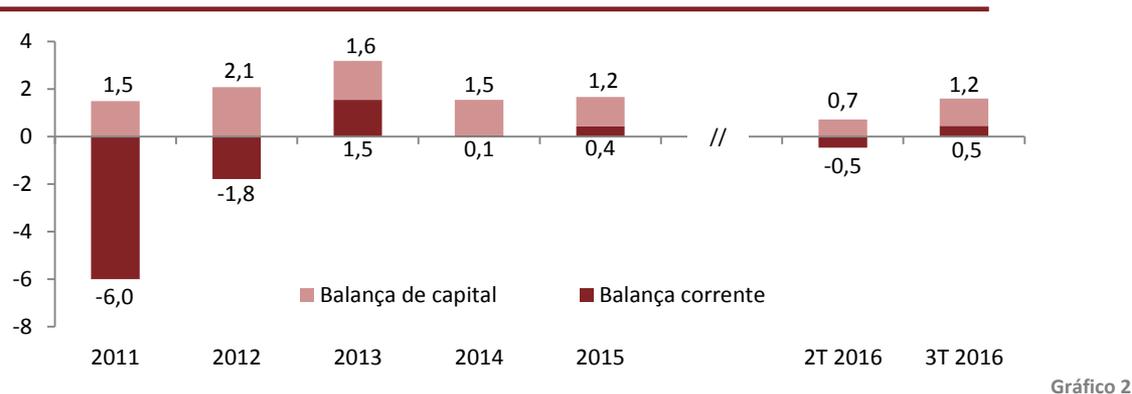


## Taxa de crescimento do PIB – Volume, em %



Nota: Os valores trimestrais correspondem a taxas de variação em cadeia. As estatísticas das contas nacionais e da balança de pagamentos apresentadas incorporam já as regras emanadas pelo Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais na União Europeia (SEC 2010) e pelo Manual da Balança de Pagamentos e da Posição de Investimento Internacional (BPM6).

## Balança corrente e de capital, em % do PIB



Nota: Os dados trimestrais encontram-se ajustados de sazonalidade.

▪ No terceiro trimestre de 2016, o PIB registou uma taxa de variação em cadeia positiva (0,8%), significativamente superior à dos trimestres anteriores.

▪ Em termos homólogos, o PIB cresceu 1,6%.

▪ Em relação ao segundo trimestre, a balança corrente e de capital cresceu cerca de 1,4 p.p. do PIB, devido, sobretudo, ao aumento da primeira componente. Em relação ao trimestre homólogo, a balança corrente e de capital decresceu 0,4 p.p. do PIB.

▪ Ainda em termos homólogos, mas considerando os nove primeiros meses de 2016, o saldo da balança corrente e de capital decresceu 0,6 p.p. do PIB, para 1,0% do PIB.



## Taxa de desemprego, em % da população ativa

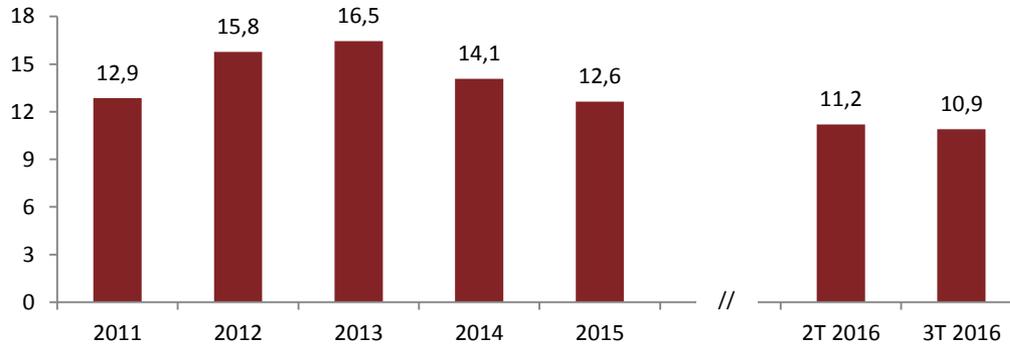


Gráfico 3

▪ A taxa de desemprego cifrou-se em 10,9% no terceiro trimestre de 2016, diminuindo 0,3 p.p. face ao trimestre anterior e 1,4 p.p. face ao trimestre homólogo.

## Saldo orçamental, em % do PIB

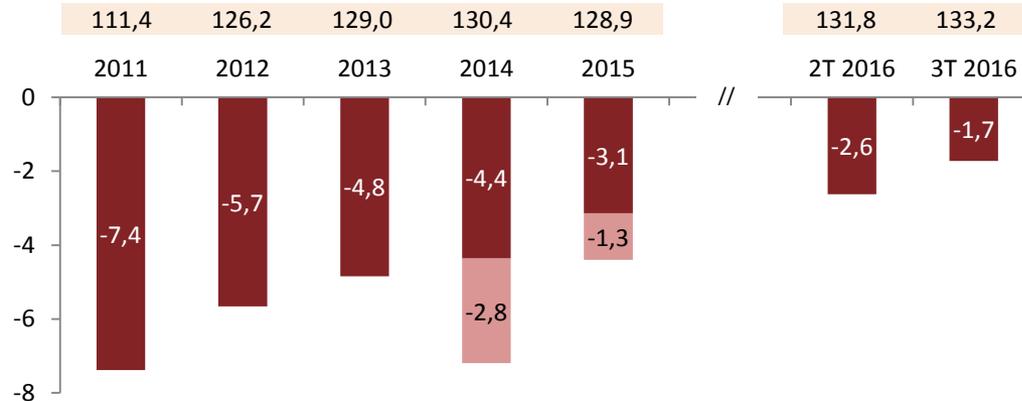


Gráfico 4

▪ O rácio de dívida pública situou-se em 133,2% do PIB no final do terceiro trimestre de 2016, tendo aumentado 1,4 p.p. do PIB face ao trimestre anterior. O mesmo indicador, líquido de depósitos da Administração Central, situou-se em 121,6% do PIB.

Nota: A taxa de desemprego corresponde à taxa de desemprego publicada pelo INE no mês central a cada trimestre. O défice orçamental de 2014 reflete a inclusão de 4,9 mil milhões de euros relacionados com a capitalização do Novo Banco como transferência de capital (-2,8% do PIB). O défice orçamental de 2015 reflete a inclusão de 2,3 mil milhões de euros como injeção de capital no contexto da resolução do Banif ocorrida no quarto trimestre de 2015 (-1,3% do PIB).



## Capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento das sociedades não financeiras (SNF), em % do PIB

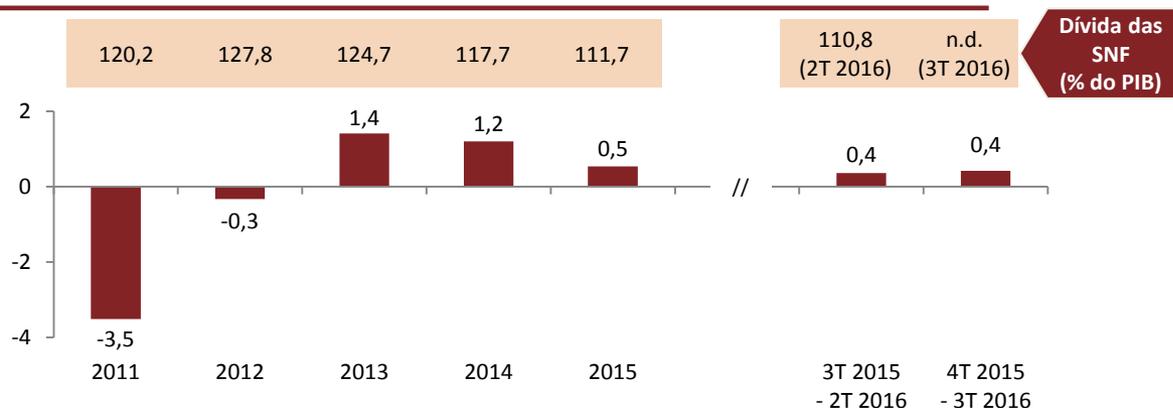


Gráfico 5

## Capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento dos particulares, em % do PIB

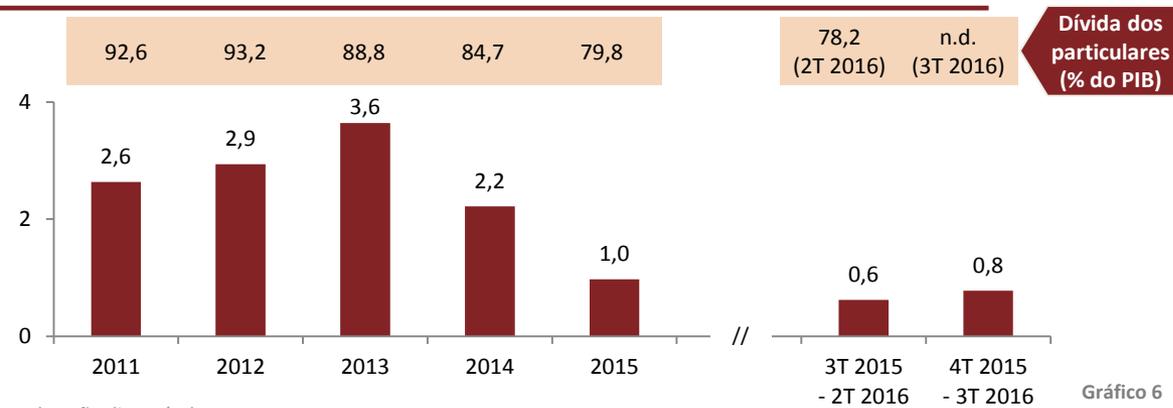


Gráfico 6

n.d. – não disponível.

Nota: As contas nacionais por setor institucional foram revistas aquando da divulgação pelo INE das contas do quarto trimestre de 2014. Estas revisões refletem as alterações introduzidas nas contas nacionais anuais detalhadas para 2012 (resultados finais), com consequências nos anos seguintes.

- No final do segundo trimestre de 2016, o endividamento das sociedades não financeiras cifrou-se em 110,8% do PIB, mantendo-se praticamente inalterado em relação ao trimestre anterior (redução de 4,6 p.p. do PIB em termos homólogos).

- A capacidade de financiamento deste setor foi de 0,4% do PIB no ano terminado no terceiro trimestre de 2016.

- O endividamento dos particulares voltou a diminuir no segundo trimestre de 2016, para 78,2% do PIB, passando a representar, aproximadamente, menos 1,5 p.p. do PIB do que no final de 2015.

- No ano terminado no terceiro trimestre de 2016, a capacidade de financiamento dos particulares totalizou 0,8% do PIB.



### Taxas de rendibilidade de dívida pública a 10 anos, em %

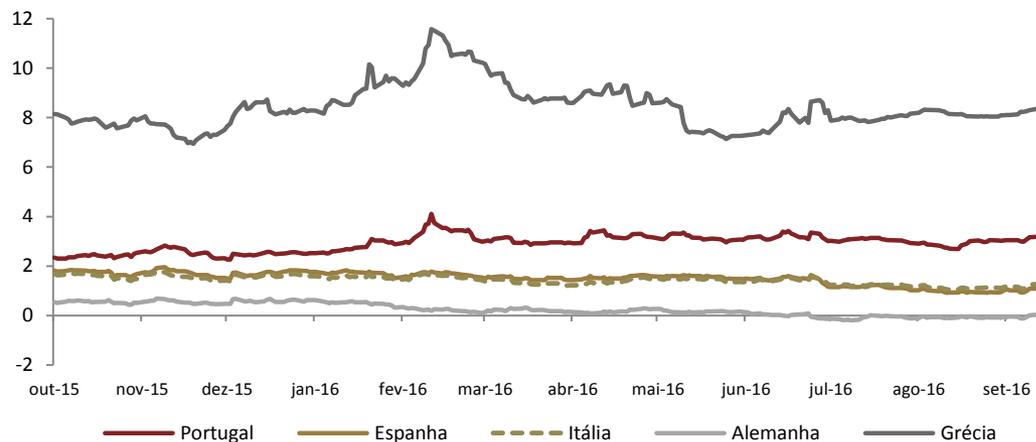


Gráfico 7

### Taxas de juro do BCE, em %

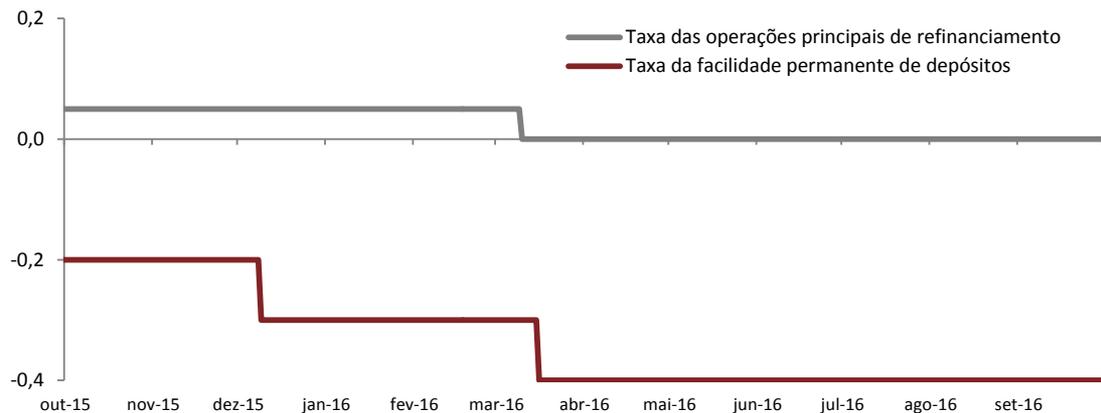


Gráfico 8

▪ A taxa de rendibilidade implícita (*yield*) da dívida pública portuguesa a 10 anos aumentou cerca de 30 pontos base no terceiro trimestre de 2016.

▪ As taxas de juro interbancárias mantêm-se negativas em todos os prazos, refletindo a orientação acomodatória da política monetária do BCE.

▪ As taxas de juro do BCE mantêm-se inalteradas desde março de 2016: a taxa da facilidade permanente de depósito em -0,4%, a taxa das operações principais de refinanciamento em 0% e a taxa da facilidade permanente de cedência de liquidez em 0,25%.



## Nota referente à informação contabilística e prudencial

Os dados em base consolidada do sistema bancário apresentam quebras de série decorrentes:

- Da medida de resolução aplicada ao Banco Espírito Santo (BES) no terceiro trimestre de 2014. Em particular, os ativos/responsabilidades não transferidos para a situação patrimonial do Novo Banco (NB) não são considerados no agregado do sistema bancário a partir de agosto de 2014.

Na ausência de informação contabilística relativa ao BES em base consolidada, para o período compreendido entre 30 de junho de 2014 e o dia da aplicação da medida de resolução (balanço e demonstração de resultados “de fecho”), foi considerado o reporte do BES em base individual, com referência a 31 de julho de 2014, no apuramento dos resultados agregados do sistema bancário relativos ao terceiro trimestre de 2014. Contudo, não foram considerados os ajustamentos decorrentes da medida de resolução aplicada ao BES.

As variações das responsabilidades representadas por títulos de dívida e dos fundos próprios do sistema bancário, no quarto trimestre de 2015, foram também afetadas pela retransmissão, do Novo Banco para o BES, de cinco séries de emissões de instrumentos de dívida não subordinada, que tinham sido transferidas para o NB na sequência da Deliberação do Banco de Portugal de 3 de agosto de 2014;

- Da medida de resolução aplicada ao BANIF – Banco Internacional do Funchal (Banif) no quarto trimestre de 2015. Os ativos/responsabilidades transferidos para o veículo de gestão de ativos especialmente criado para o efeito – Oitante, S.A. – não são considerados no agregado do sistema bancário a partir de 20 de dezembro de 2015.

Na ausência de informação contabilística relativa ao Banif em base consolidada, para o período compreendido entre 30 de setembro de 2015 e o dia da aplicação da medida de resolução, no apuramento dos resultados agregados do sistema bancário relativos ao quarto trimestre de 2015 foi considerado o reporte do Banif em base individual, com referência a 30 de novembro de 2015 (demonstração de resultados “de fecho”). Contudo, não foram considerados os ajustamentos decorrentes da medida de resolução aplicada ao Banif.

- Da reclassificação de alguns ativos/passivos provenientes das classes de “ativos/passivos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas”, associada à aquisição, por parte do Bankinter, da operação do Barclays em Portugal, no segundo trimestre de 2016. Esta reclassificação, embora não tenha tido impacto na evolução do ativo total, exige cuidado na análise das variações das rubricas de balanço. Adicionalmente, a desconsolidação do Banco Millennium Angola, também no segundo trimestre de 2016, constituiu um acontecimento não recorrente com impacto relevante nas rubricas de balanço.



### Ativos (€mM) – Valor em final do período

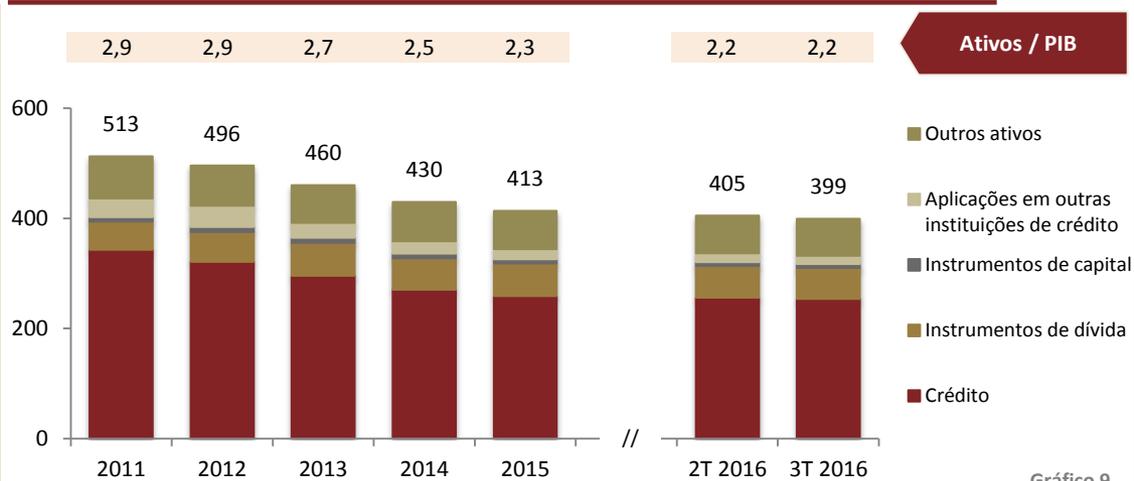


Gráfico 9

### Estrutura de financiamento bancário (€mM) – Valor em final do período

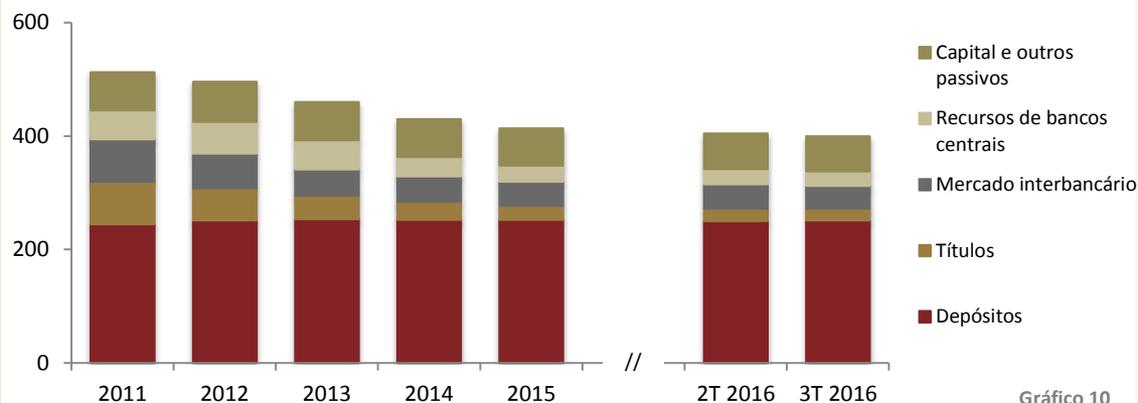


Gráfico 10

Fonte: Banco de Portugal

▪ A redução do ativo total do sistema bancário continuou no terceiro trimestre de 2016, suportada principalmente pelo crédito. Face ao final de 2015, o ativo total diminuiu 3,4% e o crédito 2,0%.

▪ Em base comparável (i.e., controlando as quebras de série ocorridas desde o início do ano), o ativo reduziu-se 2,5% entre o final de 2015 e o terceiro trimestre de 2016. O crédito diminuiu 3,0%.

▪ No terceiro trimestre de 2016 registou-se um decréscimo do financiamento obtido no mercado interbancário e, tal como no trimestre anterior, um aumento dos depósitos. Em relação ao final de 2015, o financiamento interbancário e os depósitos totais diminuíram 4,8% e 0,4%, respetivamente (os depósitos do setor privado residente não financeiro aumentaram 3,3%).

▪ Em base comparável, o financiamento interbancário decresceu 2,5% entre o final de 2015 e o terceiro trimestre de 2016 e os depósitos totais diminuíram 0,7% (os depósitos do setor privado residente não financeiro aumentaram 2,1%).



### Recursos de bancos centrais (€mM) – Valor em final de período

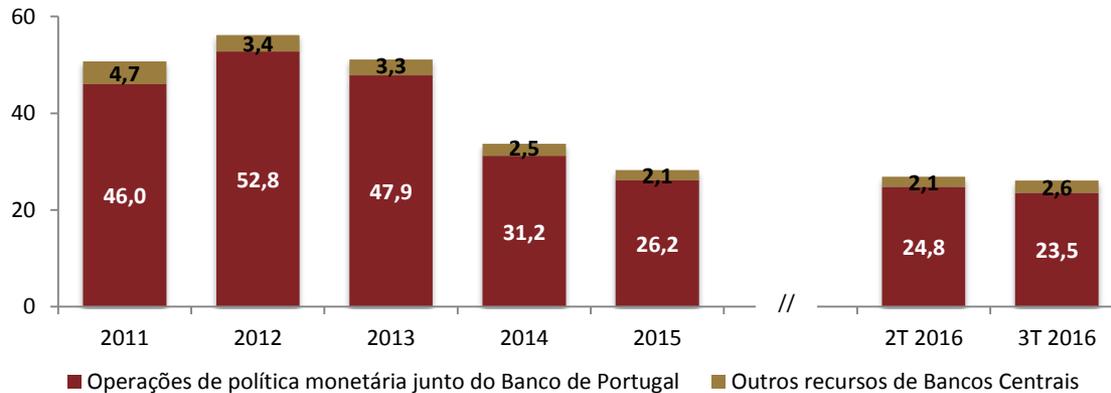


Gráfico 11

### Rácio crédito-depósitos (%) – Valor em final de período

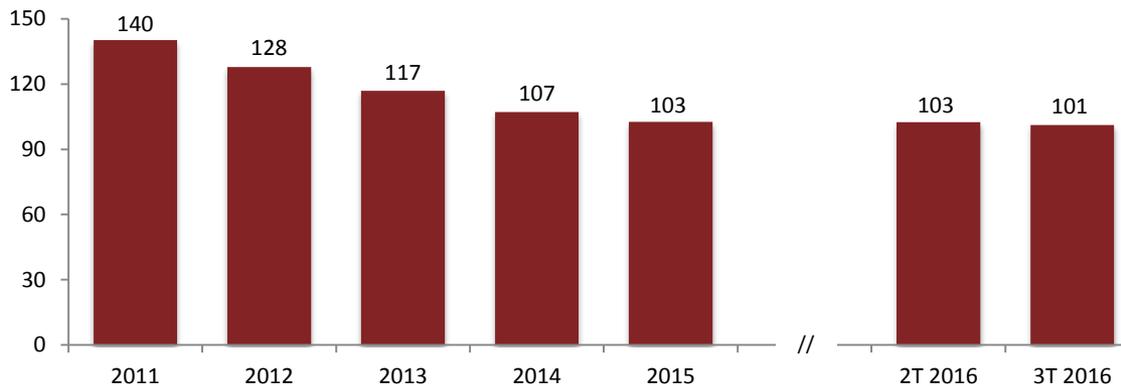


Gráfico 12

Fonte: Banco de Portugal

▪ No terceiro trimestre de 2016, o recurso ao financiamento de bancos centrais diminuiu ligeiramente, passando a representar 6,5% do total do ativo do sistema bancário. Este é o valor mais baixo desde o início do Programa de Assistência Económica e Financeira (o máximo foi registado em junho de 2012: 64,1 €mM, 12,5% do total do ativo).

▪ A redução do crédito e, em menor medida, o aumento dos recursos de clientes face ao segundo trimestre ditaram a diminuição do rácio de transformação no trimestre em análise.



### Gap comercial (€mM) – Valor em final de período

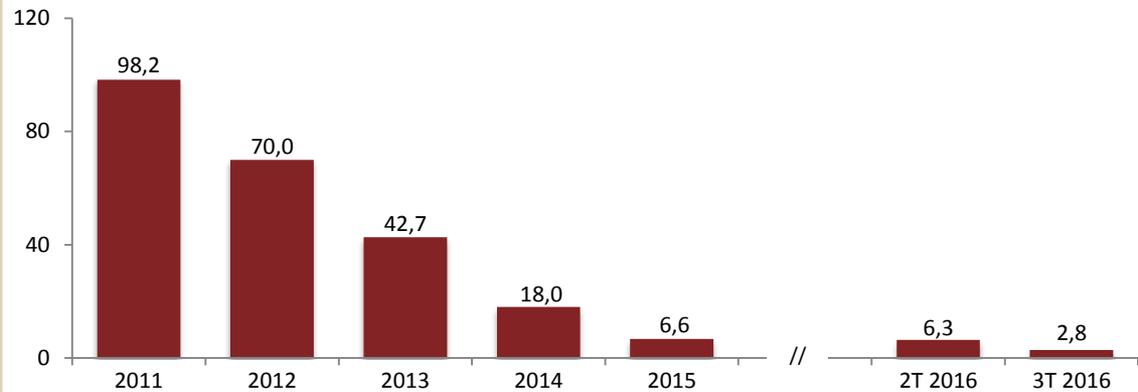


Gráfico 13

### Gaps de liquidez das instituições domésticas em escalas cumulativas de maturidade em % de ativos estáveis – Valor em final de período

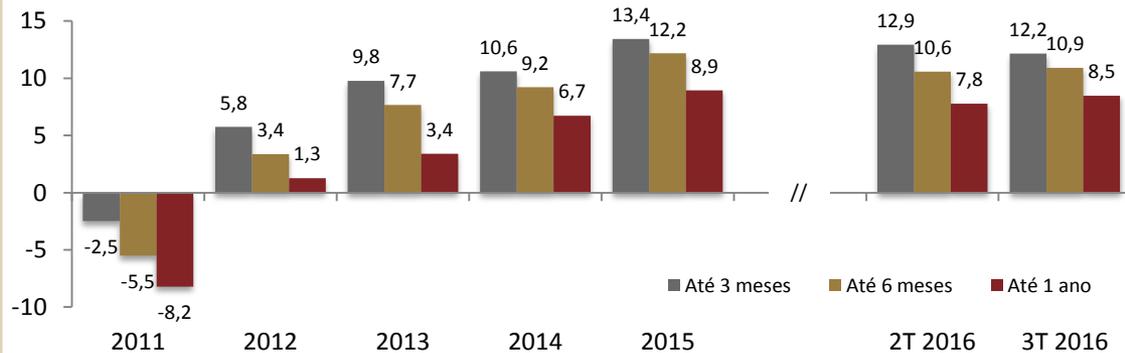


Gráfico 14

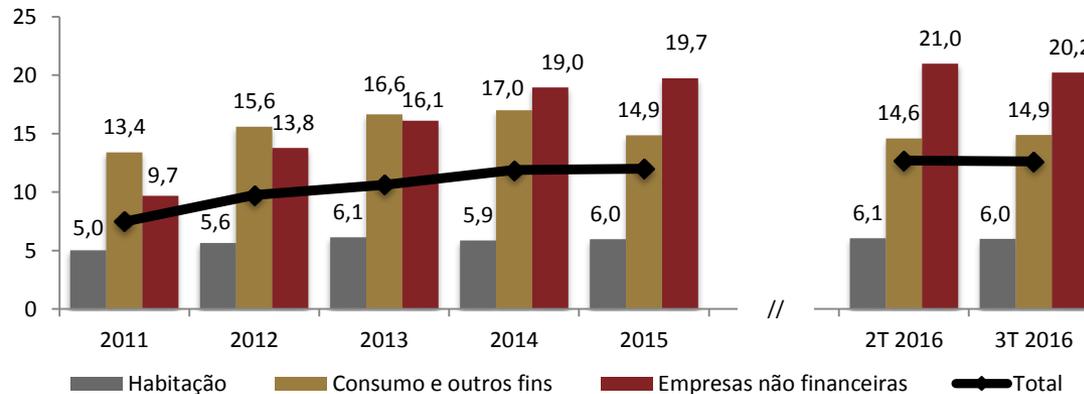
Nota: O *gap* de liquidez define-se como a diferença entre ativos líquidos e passivos voláteis em proporção da diferença entre ativo total e ativos líquidos, em cada escala cumulativa de maturidade residual. Um aumento neste indicador traduz uma melhoria da posição de liquidez.

▪ O *gap* comercial (diferença entre crédito e depósitos) reduziu-se para 2,8 mil milhões de euros no terceiro trimestre de 2016.

▪ Os *gaps* de liquidez das instituições financeiras monetárias domésticas mantiveram-se elevados no trimestre em análise para todos os prazos.



### Rácio de crédito em risco em % do crédito bruto – Valor em final de período



### Imparidades para crédito em % do crédito bruto – Valor em final de período

Gráfico 15

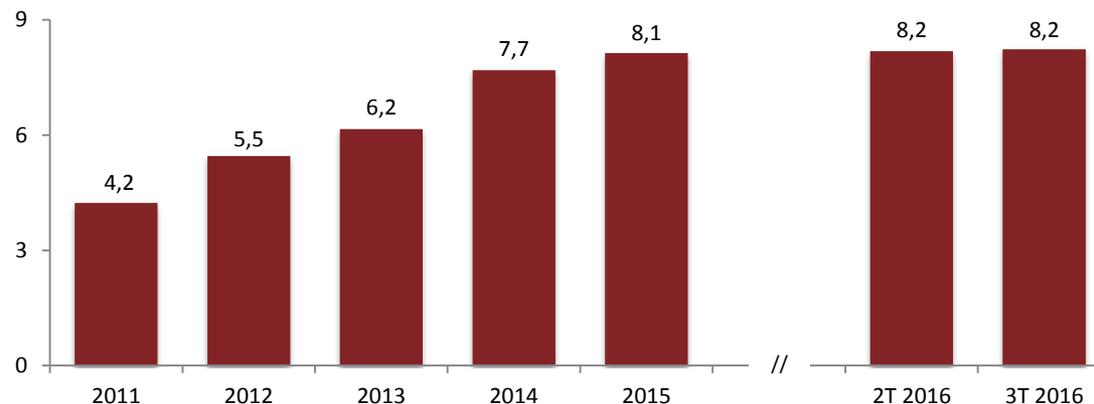


Gráfico 16

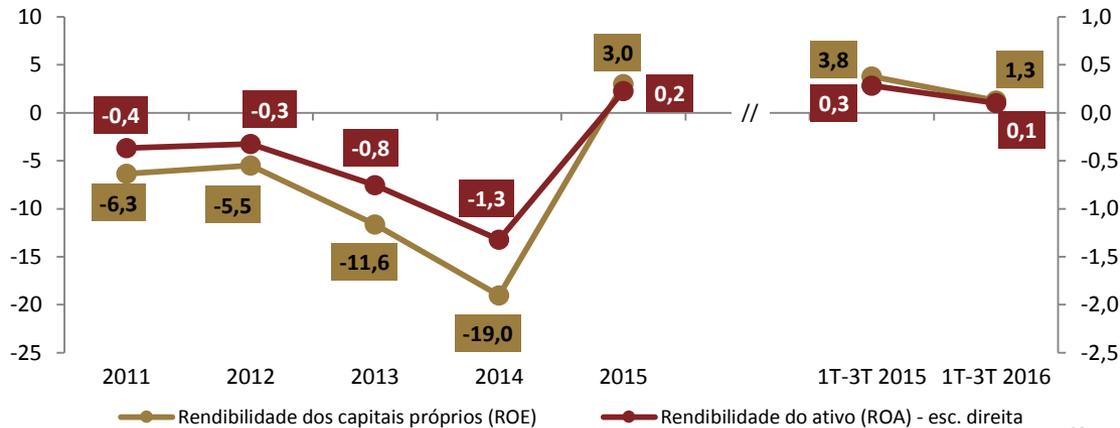
▪ O rácio de crédito em risco situou-se em 12,6% no terceiro trimestre de 2016, reduzindo-se 0,1 p.p. face ao trimestre anterior.

▪ A diminuição do crédito em risco reflete, sobretudo, os desenvolvimentos no segmento das sociedades não financeiras, no qual se conjugou uma diminuição do crédito em risco (efeito numerador) e um aumento do crédito (efeito denominador).

▪ No terceiro trimestre de 2016, o *stock* de imparidades para crédito situou-se em 8,2% do crédito bruto, tal como nos dois trimestres anteriores.



## ROE e ROA (%) – Valor do período



Nota: A rentabilidade é medida pelos resultados antes de impostos e de interesses minoritários. Apresentam-se valores anualizados.

Gráfico 17

## Custos e proveitos em % do produto bancário – Valor do período

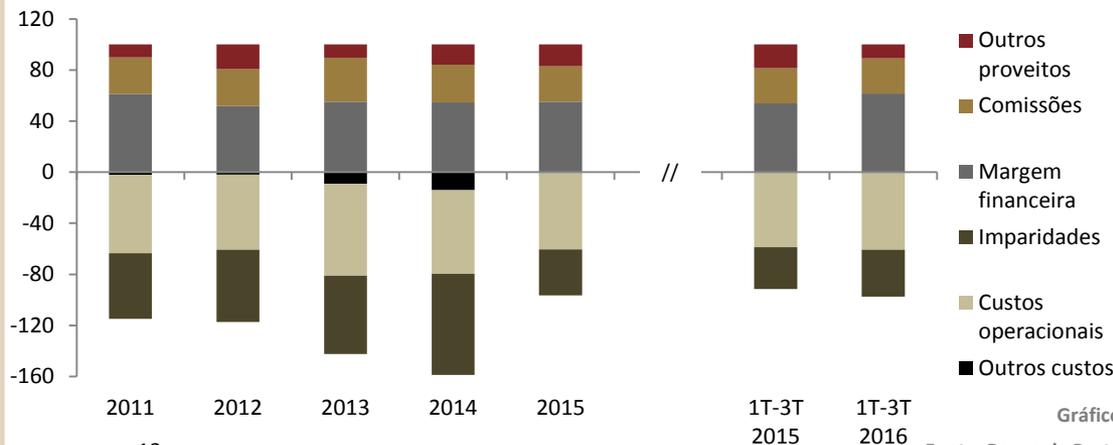


Gráfico 18

Fonte: Banco de Portugal

▪ No conjunto dos primeiros três trimestres do ano, a rentabilidade dos capitais próprios e do ativo sofreu uma quebra substancial em relação ao período homólogo, mantendo-se, ainda assim, positiva.

▪ A diminuição da rentabilidade continuou a ser determinada, principalmente, por uma redução significativa dos resultados relacionados com operações financeiras, que tinham sido expressivos em 2015.

▪ A margem financeira aumentou 5,8% nos três primeiros trimestres de 2016, em termos homólogos, seguindo a tendência observada desde 2014. Este aumento resultou de uma redução dos custos com juros superior à diminuição dos proveitos com juros.

▪ O fluxo de imparidades aumentou em termos homólogos, devido exclusivamente às imparidades para outros ativos financeiros que não crédito.



### Custos operacionais (€mM), *cost-to-income* (%) – Valor do período

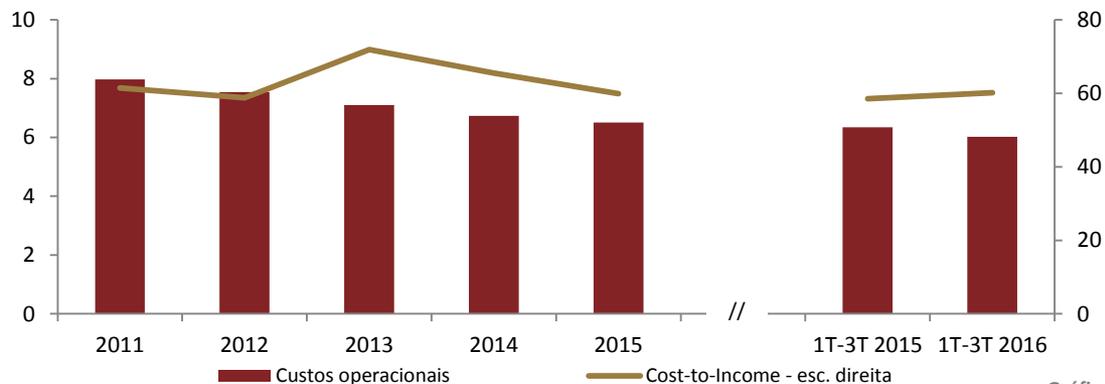


Gráfico 19

### Taxas de juro bancárias (novas operações) – Valor médio do período (%)

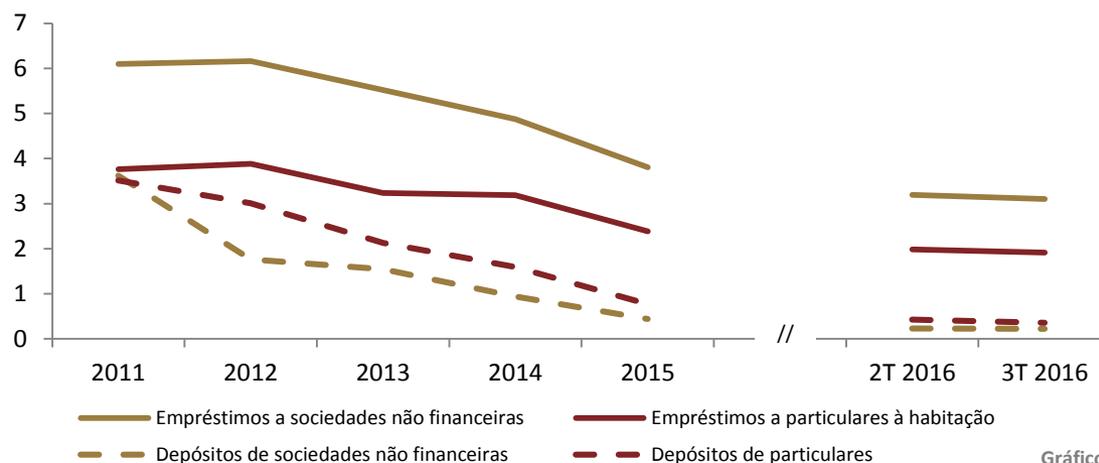


Gráfico 20

▪ A redução dos custos operacionais nos três primeiros trimestres de 2016 não evitou o aumento do rácio *cost-to-income*, face ao período homólogo, uma vez que o produto bancário diminuiu de forma mais acentuada.

▪ As taxas de juro em novas operações registaram ligeiras reduções no terceiro trimestre de 2016.

▪ Em relação ao segundo trimestre de 2016, as taxas de juro de novos empréstimos a particulares – habitação – e a sociedades não financeiras diminuíram 7 e 9 pontos base, respetivamente.

▪ O custo dos novos depósitos diminuiu 7 pontos base no segmento dos particulares e 1 ponto base no segmento das sociedades não financeiras.



## Capital Tier 1 sobre total do ativo – Valor em final de período (%)

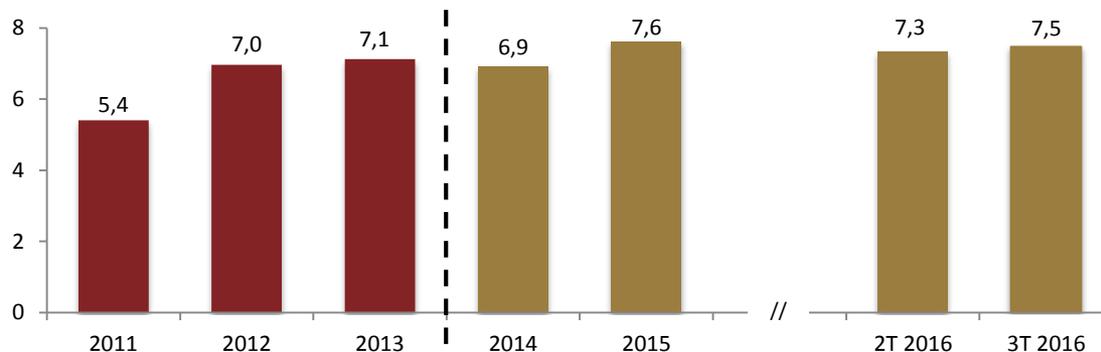


Gráfico 21

## Rácio Core Tier 1 (até 2013) e rácio CET 1 (a partir de 2014) – Valor em final de período (%)

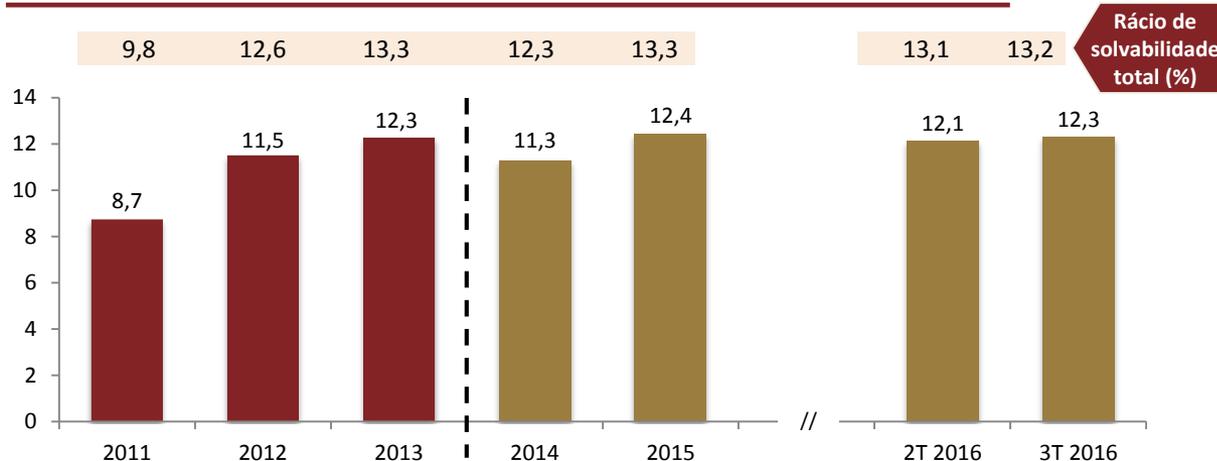


Gráfico 22

▪ O rácio entre o capital *Tier 1* e o ativo aumentou 0,2 p.p. no terceiro trimestre de 2016, refletindo a redução do ativo.

▪ O rácio *Common Equity Tier 1* (*CET 1*) e o rácio de solvabilidade total aumentaram ligeiramente em relação ao segundo trimestre de 2016, devido, sobretudo, à redução dos ativos ponderados pelo risco.

Nota: A transição para um novo regime prudencial em 2014 determinou quebras de estrutura dos indicadores de solvabilidade, justificadas por diferenças metodológicas no cálculo das componentes de fundos próprios, afetando a comparabilidade dos rácios relativamente a anos anteriores.

---

# Sistema Bancário Português

## Desenvolvimentos Recentes – 3.º trimestre de 2016

---



BANCO DE PORTUGAL  
EUROSISTEMA